



## SAÚDE

# Reforço de R\$ 1,5 bilhão contra a dengue

Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro já pediram acesso aos recursos, que serão usados em prevenção e tratamento dos doentes

» HENRIQUE LESSA

Meio ao avanço dos casos de dengue em todo o Brasil, o Ministério da Saúde editou uma portaria, na última sexta-feira, ampliando para R\$ 1,5 bilhão os recursos destinados ao enfrentamento emergencial da doença. O valor deste ano será seis vezes maior do que o gasto em 2023, quando medidas contra a doença consumiram R\$ 256 milhões do Orçamento da União.

O montante é integralmente destinado ao apoio a estados e municípios e ao Distrito Federal em ações para o enfrentamento de emergências em saúde. Os recursos devem ser empregados em medidas para prevenção, controle e contenção de riscos, além de investimentos no tratamento dos pacientes.

Com a confirmação de 84 mortes — além de 300 óbitos em investigação —, a incidência da doença este ano pode ser uma das maiores já registradas no país. Esse crescimento era esperado, mas, em função do calor extremo e das chuvas intensas dos últimos meses, a explosão de casos veio muito mais cedo do que o previsto pelo Ministério da Saúde, aponta Ethel Maciel, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente da pasta, responsável por coordenar o enfrentamento à doença.

“Hoje, nós temos mais de 524 mil casos, isso ultrapassa muito os meses de janeiro e fevereiro em todos os últimos anos. Não sabemos se estamos tendo uma antecipação dos casos, ou se, efetivamente, não chegamos ainda no pico. No segundo cenário, podemos esperar muito mais. Nossa previsão é de 4,2 milhões de casos no pior cenário”, apontou a secretária.

O montante de recursos deve servir para implementar medidas que reduzam a taxa de incidência e contenha o número de óbitos dos infectados. Para receber o dinheiro, estados e municípios precisam enviar uma solicitação ao Ministério da Saúde comprovando a decretação de estado de emergência em saúde e encaminhar um plano de ação detalhado das condições sanitárias, a descrição da situação epidemiológica e a demonstração da necessidade de atendimento à população.

Apesar do feriado de carnaval, com a urgência do avanço da doença, três solicitações de acesso aos recursos já foram recebidas no Ministério da Saúde. As cidades do Rio de Janeiro e de Lagoa Santa, na região metropolitana de Belo Horizonte, além do estado de Minas Gerais, encaminharam a documentação para implementar estratégias de redução da dengue.

Segundo a portaria do Ministério, esses recursos devem ser utilizados em três áreas básicas: a atenção primária em saúde, serviços de saúde de média e alta complexidade e vigilância em saúde. Os valores a cada ente federado serão calculados de acordo com as ações desenvolvidas pelos governos locais em cada uma dessas áreas.

### Protocolos integrados

A secretária Ethel Maciel disse ao **Correio** que, na última sexta-feira, entidades que representam hospitais privados estiveram em Brasília para que o combate à dengue adote um protocolo integrado com o Sistema Único de Saúde (SUS). Ela não descartou a possibilidade de o governo federal comprar leitos na rede privada para atender aos pacientes,

Ed Alves/CB/DA.Press



Prioridade do Ministério da Saúde para liberar o dinheiro adicional é conter a explosão de casos de dengue e, principalmente, estancar as mortes



“Não sabemos se estamos tendo uma antecipação dos casos, ou se, efetivamente, não chegamos ainda no pico. Nossa previsão é de 4,2 milhões de casos no pior cenário”

Ethel Maciel, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

como aconteceu na pandemia de covid-19, mas vê como “pouco provável” a adoção dessa medida.

“Fizemos treinamento com médicos e enfermeiros da rede de atenção em todo o Brasil. Chamamos a Brasília todos os coordenadores estaduais de capitais e de municípios prioritários que já vinham com aumento de dengue para discutir como fazer a estratificação do risco”, ressaltou a secretária.

Diferentemente da covid-19, a dengue é uma doença conhecida

há, pelo menos, quatro décadas, disse a secretária, que indicou que a prioridade, agora, é evitar mortes pela enfermidade.

“O nosso foco é diminuir a gravidade, porque a gente não está lidando com uma doença desconhecida, está lidando com vírus conhecido há quase 40 anos. É uma doença que a gente já sabe o que fazer, temos que evitar, ao máximo possível, os óbitos, porque eles podem ser evitados”, ressaltou a secretária. (Leia mais sobre dengue na página 16)

## AMAZÔNIA

### Floresta no caminho da destruição irreversível

» FERNANDA STRICKLAND

Quase metade da Floresta Amazônica pode estar exposta a fatores de degradação que levariam ao chamado ponto de não retorno até 2050. É o que mostra um estudo publicado na revista científica *Nature*, ontem. Ao atingir essa marca, segundo os pesquisadores, a Amazônia passaria por transformações significativas, com implicações para a biodiversidade e alteração na disponibilidade de recursos.

O levantamento mapeou quais são os principais fatores de estresse e como os diferentes tipos de degradação ao bioma interagem entre si. Com base nesses dados, o estudo feito por Bernardo Flores e Marina Hirota, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estima que entre 10% e 47% da Floresta Amazônica estarão expostos a ameaças graves nos próximos 26 anos. Com base em revisões de artigos e modelagens estatísticas, os principais fatores de estresse na Amazônia são o aumento na temperatura média global acima de 1,5°C; o volume de chuvas abaixo de 1.800mm; a duração

da estação seca superior a cinco meses; e o desmatamento superior a 10% da cobertura original da floresta, somada à falta de restauração de, pelo menos, 5% do bioma.

Os cientistas afirmam que, nas últimas décadas, a Amazônia começou a enfrentar uma “pressão sem precedentes”, resultado de alterações climáticas e de uso do solo. Essas ações enfraquecem os mecanismos que garantem a chamada “resiliência” da floresta.

Entre as possíveis consequências, está a aceleração do aquecimento global. “O ponto de não retorno é isso: um ponto a partir do qual o sistema se retroalimenta numa aceleração de perda de florestas, e perdemos o controle”, explicou Flores, em declaração divulgada pelo Instituto Serrapilheira, que financiou o estudo. A pesquisa contou com colaboradores do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. “Estamos nos aproximando de todos os limiares. No ritmo em que estamos, todos serão alcançados neste século. E a interação entre todos eles pode fazer com que aconteça antes do esperado”, reforça Flores.

AFP



A Amazônia enfrenta “pressão sem precedentes”, aponta o estudo

### Resiliência

Segundo os autores do estudo, para preservar a resiliência da floresta é necessária uma abordagem combinada. Eles ressaltaram que isso inclui esforços locais para deter o desmatamento e promover a restauração da cobertura vegetal, além de iniciativas globais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

O estudo destaca três tipos principais de trajetórias, as quais incluem regiões de florestas degradadas, savanas de areia branca e áreas não florestais degradadas — o que

aumenta o risco de incêndios.

“Em alguns casos, a floresta pode se recuperar, mas permanece presa em estado degradado, dominada por plantas oportunistas, como cipós ou bambus. Em outros casos, a floresta não se recupera mais e persiste presa em estado de vegetação aberta e com incêndios recorrentes”, explica Flores.

Os cientistas acreditam na combinação de esforços locais, para acabar com o desmatamento e expandir a restauração da mata, e esforços globais, para parar a emissão de gases de efeito estufa e, assim, mitigar os impactos das mudanças climáticas.

### Busca por mortos em garimpo

» ISABEL DOURADO\*

Dois garimpeiros e uma cozinheira foram assassinados na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. O crime teria acontecido na sexta-feira da semana passada, mas o boletim de ocorrência só foi registrado na segunda-feira. De acordo com informações da Polícia Civil de Roraima, os garimpeiros foram atacados por indígenas armados com arco e flechas, perto das regiões de Parima e Didião.

Os mortos foram identificados como Josafá Vaniz da Silva, 52 anos, Luiz Ferreira da Silva, 50, e Elizângela Pessoa da Silva, 43. Os três corpos ainda não foram resgatados por causa das dificuldades de acesso à região. Segundo a Polícia Civil, o Exército Brasileiro e o Corpo de Bombeiros foram acionados para auxiliar no resgate.

No governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL) houve uma explosão do garimpo ilegal. A gestão dele ficou marcada por defender a atividade ilegal e incentivar projetos que liberam a atividade de exploração dentro

de reservas protegidas. A Terra Indígena (TI) Yanomami está em estado de emergência em saúde pública desde fevereiro do ano passado, quando o governo federal começou uma operação para retirar os garimpeiros da região. Entretanto, a violência na região não foi estancada.

De acordo com o Ministério da Saúde, no ano passado, foram registradas 308 mortes. O Ministério dos Povos Indígenas já admitiu que pode levar anos para o território indígena se regenerar e que a crise dos ianomâmis, possivelmente, não será solucionada neste ano. Em janeiro, a Justiça Federal em Roraima deu prazo de 30 dias para que a União apresente um novo cronograma de ação para conter o garimpo ilegal, com multa de R\$ 1 milhão por descumprimento.

Entidades que atuam na defesa do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas criticam as ações do governo que, em um ano, ainda não se mostraram eficazes para expulsar os invasores da TI Yanomami. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA) e a Hutukara Associação Yanomami, com base em dados de um monitoramento do Greenpeace Brasil, as áreas degradadas pelo garimpo ilegal somaram 5,4 mil hectares no ano passado.

\*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria